



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



LUCAS FERNANDES DE CARVALHO

**A IMPORTÂNCIA E A NECESSIDADE DA DEFESA PESSOAL POLICIAL
NA PRESERVAÇÃO DA ORDEM E DA SEGURANÇA PARA A POLÍCIA
MILITAR DE GOIÁS**

GOIÂNIA-GO

2024

LUCAS FERNANDES DE CARVALHO

**A IMPORTÂNCIA E A NECESSIDADE DA DEFESA PESSOAL POLICIAL
NA PRESERVAÇÃO DA ORDEM E DA SEGURANÇA PARA A POLÍCIA
MILITAR DE GOIÁS**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Brunner Ramos da Silva.

GOIÂNIA-GO

2024

A IMPORTÂNCIA E A NECESSIDADE DA DEFESA PESSOAL POLICIAL NA PRESERVAÇÃO DA ORDEM E DA SEGURANÇA PARA A POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS

THE IMPORTANCE AND NEED FOR POLICE PERSONAL DEFENSE IN PRESERVING ORDER AND SECURITY FOR THE MILITARY POLICE OF GOIÁS

Lucas Fernandes de Carvalho¹
Brunner Ramos da Silva²

Resumo

O projeto de pesquisa enfoca a importância e a necessidade da defesa pessoal policial na preservação da ordem e segurança para a Polícia Militar de Goiás, destacando a contextualização, justificativa, problema, objetivos e metodologia. A contextualização ressalta a vital importância da defesa pessoal policial para garantir a segurança dos policiais e a eficácia na aplicação da lei, enquanto a justificativa destaca sua relevância para a integridade física dos envolvidos e a promoção da segurança pública. O problema identificado é a necessidade de aprofundamento na formação em defesa pessoal policial para capacitar os policiais a controlar situações de risco em diversas abordagens e cenários encontrados em Goiás. Os objetivos incluem identificar a eficiência da capacitação em defesa pessoal policial, analisar as técnicas utilizadas, investigar o desempenho da atuação policial militar e contribuir para o aperfeiçoamento dos policiais. A metodologia adotada é qualitativa, utilizando questionários do Google Forms para coletar percepções e experiências dos policiais sobre o treinamento em defesa pessoal, com análise estatística dos dados para expor o atual cenário do estudo. As referências incluem documentos oficiais da Polícia Militar de Goiás e obras relevantes sobre policiamento.

Palavras-chave: Defesa Pessoal Policial Militar; Goiás; Técnicas.

Abstract

The research project focuses on the importance and need for police self-defense in preserving order and security for the Military Police of Goiás, highlighting the contextualization, justification, problem, objectives and methodology. The contextualization highlights the vital importance of police self-defense to ensure the safety of police officers and effectiveness in law enforcement, while the justification highlights its relevance for the physical integrity of those involved and the promotion of public safety. The problem identified is the need for further training in police self-defense to enable police officers to control risk situations in different approaches and scenarios found in Goiás. The objectives include identifying the efficiency of police self-defense training, analyzing the techniques used, investigating the performance of military police actions and contributing to the improvement of police officers.

The methodology adopted is qualitative, using Google Forms questionnaires to collect police officers' perceptions and experiences about self-defense training, with statistical analysis of the data to expose the current study scenario. References include official documents from the Goiás Military Police and relevant works on policing.

Keywords: Military Police Self Defense; Goiás; Techniques.

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, email: lucas.fernandesc@pm.go.gov.br. Telefone: (62)98301-8183.

² Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Graduado em Direito e Educação Física. Email: brunneramos@gmail.com. Telefone: (62)98191-4298

1 INTRODUÇÃO

A preparação e a formação em autodefesa policial são elementos-chave em cenários de aplicação da lei, não só relacionados com a segurança pessoal dos agentes policiais, mas também com a justiça, a proporcionalidade e a eficácia das ações policiais. Dessa forma, diante do aumento de situações de conflitos e da diversidade de desafios enfrentados diariamente, surge a necessidade de aprofundamento em como a formação em defesa pessoal policial atua na capacidade do policial militar em controlar situações de risco nas diversas abordagens e na variedade de cenários encontrados a partir de sua atuação nas cidades do Estado de Goiás.

O objetivo do treinamento em defesa pessoal policial é dotar os militares de um conjunto de técnicas de autodefesa e capacidade de uso da força ao lidar com atos de agressão durante o serviço policial militar, de acordo com os princípios básicos enfatizados no Manual de Defesa Pessoal Policial do Estado de Goiás. Diante disso, a legalidade das ações de controle por parte dos Órgãos de Segurança Pública é denominada Poder de Polícia: “O poder assegurado por lei ao Estado para defesa do interesse coletivo, condicionando ou restringindo o uso e gozo de direitos individuais que afetem o bem-estar social em um sentido mais amplo” (Sandes, 2007, p. 27).

Diante dos desafios e complexidades inerentes ao trabalho da Polícia Militar, aprender a autodefesa policial é essencial, visto que essa competência indispensável vai além da proteção da segurança pessoal e desempenha um papel vital na garantia da justiça, na aplicação eficaz da lei e na promoção da segurança pública. Sendo assim, a investigação e o desenvolvimento deste estudo representa um contributo significativo para as atividades policiais militares e abrange áreas como o controle de contato, técnicas de defesa e gestão de situações adversas.

Outrossim, discute-se em outros países, além de organizações de direitos humanos a respeito do uso seletivo da força nas ações policiais, críticas inerentes às ações foram enaltecidas tanto pelos agentes da segurança pública quanto por civis, enfatizando temáticas como exemplo, o controle de multidões e a mortalidade das manifestações.

O emprego da força e o uso diferenciado da força é um elemento fundamental na atuação da Polícia Militar e uma habilidade essencial da corporação policial. Logo, diante das crescentes situações de conflito e dos diferentes desafios diários, o treinamento de autodefesa policial afeta a capacidade da polícia militar de se adaptar aos diferentes métodos e situações encontradas em suas funções e controlar situações perigosas, para além de garantir a segurança pessoal dos policiais, assegurar também a aplicação da lei, que esta seja conduzida de maneira justa, proporcional e eficaz, se tornando então um componente imprescindível na preparação

contínua dos policiais para servir e proteger a comunidade. A exemplo, Silva Filho e Moreira (2018):

Igualmente, isso pode acarretar um sentimento de insegurança por parte da população no serviço prestado pelo órgão de Segurança Pública, ainda que a ação tenha sido realizada nos casos de extrema necessidade ou no uso do estrito cumprimento do dever legal. (Silva Filho e Moreira, 2018).

Nesse viés, isto pode criar um sentimento de incerteza entre a população sobre o serviço operacional policial demonstrado pelos operadores de segurança pública, e a forma que se executam as atividades, gerando uma crise de medo e incerteza. Tal estudo, portanto, identifica a eficiência da capacitação em defesa pessoal policial, compreendendo seu impacto na segurança pública, analisa técnicas, estratégias e abordagens utilizadas no treinamento pessoal policial e investiga recomendações fundamentadas para o aprimoramento de programas de treinamento, visando potencializar a segurança pessoal dos policiais e a efetividade de suas intervenções em cenários desafiadores.

Portanto, como agentes responsáveis pela garantia da segurança pública, os policiais possuem a prerrogativa legal, o amparo jurídico e o procedimento operacional quanto ao uso seletivo da força no cumprimento das leis e nas determinações aos cidadãos. Contudo, este poder concedido pelo Estado não é ilimitado, deve-se respeitar os direitos civis, os privilégios pessoais e as liberdades constitucionais. (Sandes, 2007).

Adota-se neste estudo uma abordagem qualitativa para investigar as experiências e percepções de policiais em relação ao treinamento em defesa pessoal. Sendo assim, busca-se compreender profundamente como esses profissionais percebem a eficácia do treinamento, os desafios enfrentados e as potenciais melhorias necessárias, através do questionário “Google Forms” como instrumento de coleta e técnicas estatísticas através de gráficos bem como a devida interpretação de dados expondo o atual cenário do estudo.

2 REVISÃO TEÓRICA

Dado o contexto de exposição, destaca-se a importância da autodefesa policial e da formação contínua nessa atividade Policial Militar. Dessa forma, o agente de segurança pode estar preparado para enfrentar de forma eficiente as situações a quais o uso da força é necessário, métodos que reduzam danos e ferimentos aos envolvidos, bem como o próprio agente de segurança pública e mitigar a necessidade do uso da força letal em atividades policiais.

“A capacidade do uso da força tem uma função nuclear no papel da polícia, sendo, portanto, o uso da força uma competência e um atributo essencial na instituição policial (Bayley, 2002). Nesse sentido, diante do aumento de situações de conflitos e da diversidade de desafios enfrentados diariamente em todas e quaisquer circunstâncias enfrentadas pelo Policial Militar, surge a necessidade de aprofundamento em como a formação em defesa pessoal policial atua na capacidade em que o policial militar controla situações de risco, nas diversas abordagens e nas variedades de cenários encontrados.

Outra forma de desmistificar opiniões negativas é através do treinamento militar para a aplicação de técnicas não letais, o uso de munições de menor impacto, uso controlado, seletivo ou diferenciado da força durante um incidente (Siloto, 2021). Diante disso, aborda-se no estudo do autor sobre as munições de impacto controlado principalmente para redução da letalidade e do controle das situações. A sociedade e as leis estabelecem requisitos para que os militares estaduais estejam preparados, especializados e capacitados para responder a qualquer demanda que possa surgir. Há uma crescente exigência de que as ações e operações policiais sejam conduzidas com base em atuações técnicas e especializadas, seguindo a doutrina de uso seletivo e diferenciado da força.

Outro exemplo, é o Manual de Defesa Policial da Polícia Militar do Paraná que destaca esta importância do uso adequado da força policial, através de técnicas policiais militares em autodefesa, controle e submissão, atuando de forma legítima e amparada por lei no controle da situação e na confiança da sociedade, como “o uso ilegítimo de força policial pode levar ao rompimento do laço de confiança necessário entre a polícia e o povo” (PMPR, 2023, p. 03).

2.1 A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DO TREINAMENTO DE AUTODEFESA POLICIAL

Diante do cenário e das adversidades enfrentadas pelos policiais militares, existem diversos riscos geradores de graves lesões, traumas e até mortes, não somente no ambiente de trabalho, bem como o estresse exteriorizado, transportando-se a um nível externo onde se encontra respaldo as taxas de óbitos e violência que são expostos, mais uma vez, dentro e fora do ambiente de trabalho. Segundo Minayo e Adorno (2013, p.588):

Os problemas encontrados pelos policiais tendem a se acumular ao longo do tempo e se expressam no casamento, na família e na vida social - se não receberem os cuidados de saúde que merece. Os efeitos mais comuns são: alcoolismo e jogos de azar; má sorte; experiências ansiosas; depressão; sintomas de esgotamento, comportamentos

provocantes; mais suscetível a pressão negativa e violência; fazer tarefas domésticas e ter problemas comportamentais no trabalho. (Minayo e Adorno, 2013, p.588).

Ao promover o treinamento de autodefesa policial, a corporação busca melhorar a preparação dos agentes de segurança pública, dotando-os de competências técnicas e táticas ideal para lidar com cenários desafiadores. Desta forma, você pode reduzir o risco resultado da intervenção policial para proteger a segurança pessoal do agente, do autor e da imagem institucional.

Neste trajeto, encontra-se um equilíbrio entre interesses institucionais e interesses pessoais. Quando é recomendado criar uma solução para um ambiente que incentive a formação contínua, ao que pode proporcionar oportunidades para aprimoramento técnico, condicionamento corporal e cuidados com a saúde a mentalidade do policial militar, como é sugerida da seguinte forma. Segundo Torres (2020, p.21):

Nos regimes democráticos, a formação mental e espiritual das forças de segurança modernas centra-se cada vez mais na consolidação de um elevado grau de calma e resiliência face a estes comportamentos e atitudes por vezes agressivos, pelo menos quando os acontecimentos transbordam. Torres (2020, p.21)

Investir na formação e qualificação contínua da polícia podem levar as tropas a um nível de excelência, melhor equipadas para responderes a situações perigosas e desafios operacionais. Por conseguinte, ajuda a melhorar a eficiência operacional e a minimizar riscos desnecessários, melhorar a segurança dos policiais e das comunidades que eles atendem.

2.2 ABORDAGEM DO MANUAL DE DEFESA PESSOAL DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS: TÉCNICAS E FINALIDADES

Com ênfase na importância da autodefesa e do treinamento policial, os agentes policiais devem receber formação contínua nesta área, procurar usar a força de forma adequada e ter em conta os regulamentos existentes. Além disso, tentar demonstrar treinamento contínuo em autodefesa, a Polícia Militar permite que o agente de segurança esteja preparado para responder a situações como: o uso da força é necessário e pode ser mais eficiente para reduzir danos e ferimentos às pessoas envolvidas e minimizar a necessidade de uso de força letal no incidente policial.

A autodefesa policial é um conjunto de técnicas e táticas, das quais existem muitas doutrinas, adaptado das artes marciais e do combate esportivo, aplicado ao trabalho

policial militar. Ensino um dos principais objetivos da autodefesa policial é permitir que os policiais usem a força e façam isso de forma eficaz e proporcional somente quando for absolutamente necessário e após, exaustão alternativas no atual regime jurídico (PMPR, 2023).

Nesse tipo de legítima defesa, as situações praticadas são as mais próximas possível da realidade do dia a dia dos policiais. É o que se defende, uma técnica de defesa pessoal que não é uma arte marcial, mas sim uma prática focada especificamente na autodefesa. As técnicas de autodefesa ensinadas são fáceis de aprender, de reter e lembrar quando aplicadas. Contudo, a aplicação destas técnicas a suspeitos resistentes e agressivos tem sido insatisfatória. É importante ressaltar a missão com princípios basilares da Polícia Militar:

Cumpra a sua missão no domínio do policiamento público e da manutenção da ordem seja exposto de uma forma única. A lista inclui um conjunto de técnicas de métodos, condicionamento físico, defesa pessoal, tiro e outras habilidades especiais, combinadas com continuar a formação em direitos humanos, policiamento comunitário e ética policial aspectos militares e legais relacionados ao desempenho das atividades policiais, com experiência e formação contínua (PMPR, 2020)

Considerando a localização do treinamento e as qualificações do instrutor, é papel da corporação facilitar a formação contínua em dias e horários apropriados, auxiliando a formação e interferindo o mínimo possível nas atividades administrativas e operacionais, uma forma de garantir o aprendizado, o aprimoramento de técnicas e o contínuo preparo da autodefesa.

Para Monteiro Júnior (2020):

A academia de polícia contemporânea tem de permitir que os policiais que ingressam na agência obtenham uma série de vantagens, o conhecimento quando combinado, permite que os agentes acessem um treinamento extensivo. Portanto, os alunos não recebem apenas formação prática; o uso da força quando apropriado e conveniente, incluindo conceitos de direitos humanos e legislação relacionada ao tema. (Monteiro Júnior, 2020).

As forças de segurança têm a tarefa atribuída pelo Estado de manter a segurança e proteger os direitos e garantias da legislação, uma tarefa que por si só pode significar a força para fazer cumprir estas condições, devido ao aumento da violência na sociedade atual. Os órgãos de segurança pública devem usar a força de forma proporcional, pois o uso incorreto da força pode afetar a segurança física de indivíduos ou de terceiros, bem como a atribuição de responsabilidade legal.

3 METODOLOGIA

Este estudo emprega uma abordagem qualitativa para explorar as experiências e percepções dos policiais em relação ao treinamento em defesa pessoal. O objetivo é obter uma compreensão aprofundada de como esses profissionais percebem a eficácia do treinamento, os desafios enfrentados e as possíveis melhorias necessárias. Utilizaremos o questionário "Google Forms" como instrumento de coleta, além de técnicas estatísticas, como a apresentação por meio de gráficos, para interpretar devidamente os dados e expor o cenário atual do estudo.

A amostra será composta por policiais militares que atuam em diferentes áreas e com diversos níveis de experiência para garantir uma diversidade de perspectivas. A seleção dos participantes será feita de forma escalonada, levando em consideração variáveis como cargo, tempo de serviço e especialização, para se obter uma experiência completa.

A principal ferramenta de recolha de dados foi o questionário elaborado e distribuído através da plataforma "Google Forms". O questionário utilizará perguntas abordando temas como a eficácia percebida do treinamento, dos desafios enfrentados na prática e a aplicabilidade de melhorias. Inicialmente, os participantes serão informados dos objetivos e da natureza voluntária do estudo. Após o consentimento, os mesmos receberão um link para o questionário online.

Os dados obtidos serão analisados recorrendo a técnicas estatísticas e ferramentas de visualização (e.g. gráficos). As respostas serão categorizadas e os temas emergentes identificados. A interpretação dos dados buscará insights significativos que liguem as percepções da polícia às práticas de treinamento de autodefesa.

3.1. VALIDADE E CONFIABILIDADE

Para garantir a validade dos resultados, a triangulação dos dados será realizada combinando informações de diferentes fontes. A consistência nas respostas dos participantes e os métodos transparentes de recolha e análise de dados aumentarão a idoneidade.

Os métodos utilizados neste estudo foram desenhados para garantir a validade e confiabilidade dos resultados. A triangulação de dados será uma componente chave deste processo, visando integrar informação de diferentes fontes para enriquecer a compreensão do fenómeno em estudo. A utilização de múltiplas perspectivas e fontes ajudarão a aumentar a robustez e a representatividade das conclusões.

Além disso, a consistência nas respostas dos participantes apoiará a integridade dos resultados. Um questionário estruturado combinado com perguntas abertas permitirá uma análise mais abrangente e aprofundada, permitindo a identificação de padrões e nuances nas experiências dos policiais com o treinamento em defesa pessoal.

Métodos transparentes de recolha e análise de dados, bem como garantias de confidencialidade e ética rigorosa, aumentarão a confiança depositada no estudo e fornecerão uma base sólida para a interpretação, para a exposição e análise dos resultados.

3.2. CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Este estudo seguirá estritamente os princípios éticos para garantir o consentimento informado, a privacidade do participante e o uso responsável das informações coletadas. O projeto passará por uma revisão ética antes da implementação. Ao adotar esta abordagem, pretende-se obter uma compreensão abrangente e aprofundada das percepções dos agentes policiais sobre a formação em defesa pessoal, ajudando a desenvolver estratégias mais eficazes e adaptadas às reais necessidades destes profissionais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos através dessa pesquisa realizada são apresentados e discutidos em relação aos objetivos propostos no início deste estudo. Os dados foram analisados com o intuito de responder às perguntas de pesquisa e avaliar as hipóteses formuladas. Além disso, são exploradas as implicações dos resultados encontrados e suas contribuições para a área de estudo. A abordagem qualitativa serviu para explorar as experiências e percepções dos policiais em relação ao treinamento em defesa pessoal.

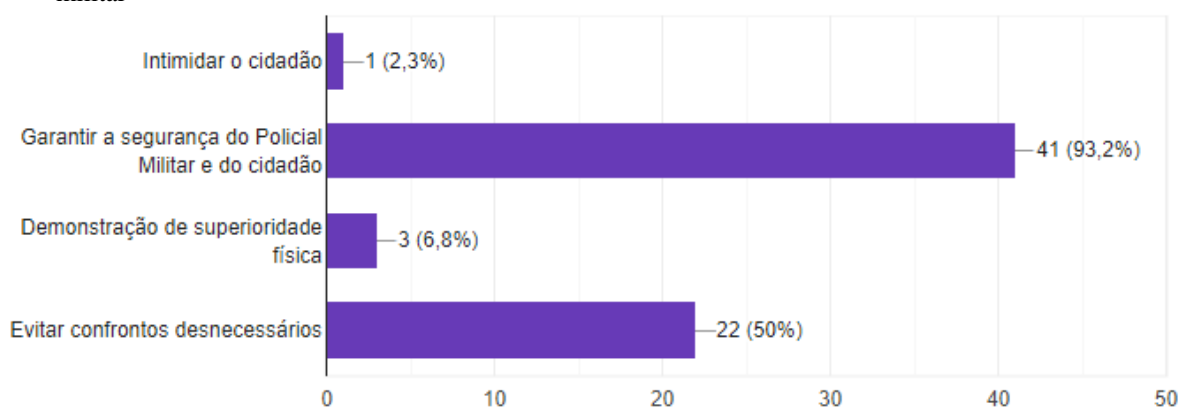
Após o consentimento, os policiais militares que atuam em diferentes áreas e com diversos níveis de experiência receberam um link para o questionário online, dessa forma, garante-se uma diversidade de perspectivas, vislumbrando o atual cenário da Polícia Militar do Estado de Goiás e suas diversas abordagens e dos diferentes batalhões aqui explorados em pesquisa.

A amostra contou com quarenta e quatro Policiais Militares do Estado de Goiás, de diferentes batalhões, sendo estes quarenta e um do sexo masculino e três do sexo feminino, cuja idades são: 9,1% entre 18 e 25 anos; 52,3% entre 26 e 33 anos; 31,8% entre 34 e 41 anos; 6,8% entre 42 e 49 anos e por fim, 9,1% com 50 anos ou mais. Dessa amostra, vale destacar que

56,8% praticam alguma arte marcial, e que 43,2% não praticam nenhum tipo de arte marcial. Dentre as artes marciais mais praticadas pelos entrevistados, vale destacar as quatro mais praticadas, que são na seguinte ordem: jiu-jitsu, *muay-thai*, capoeira e boxe. Em uma perspectiva de experiência, 25% desses praticantes são experientes e possuem alto grau de conhecimento, enquanto 31,8% sentem-se com um nível médio de treinamento e 43,2% são de baixo grau de conhecimento.

O gráfico a seguir reproduz uma referência individualizada sobre os principais itens abordados na pesquisa sobre a importância do conhecimento da defesa pessoal policial militar para a atividade policial militar.

Gráfico I - A importância do conhecimento da defesa pessoal policial militar para a atividade policial militar



Fonte: *Google Forms* (criado por Lucas Fernandes de Carvalho)

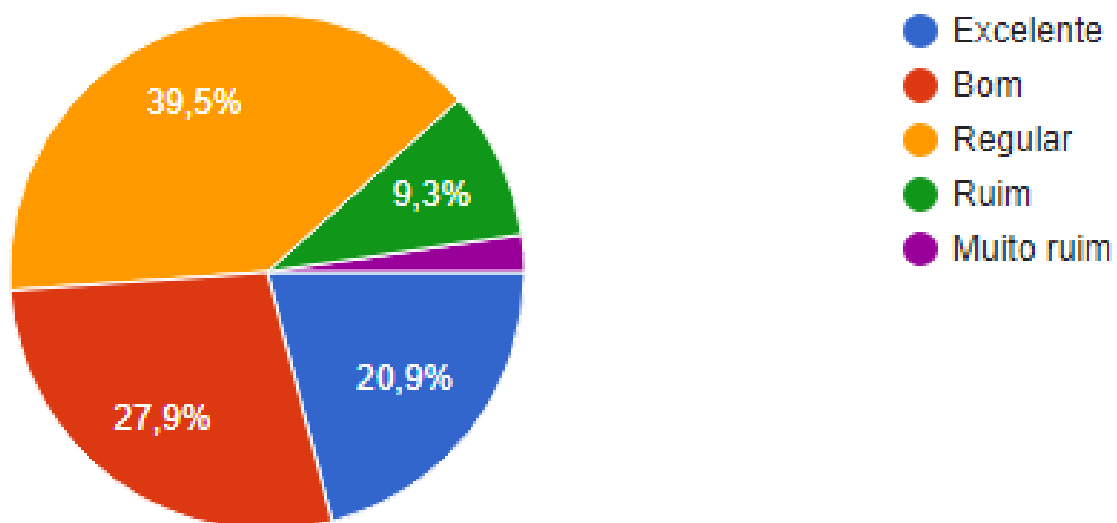
A importância do questionário reproduz a vivência e experiência prática e rotineira dos Policiais Militares, tal importância se reproduz no fato observado que 65,9% dos entrevistados já necessitaram da utilização de alguma técnica de defesa pessoal policial militar em alguma ocorrência, enquanto 34,1% ainda não utilizaram, uma diferença de 29 policiais militares para outros 15 policiais militares, respectivamente. Retornando ao gráfico, a ideia do conhecimento se dá para, principalmente, o fato de garantir a segurança do Policial Militar e do cidadão e para evitar confrontos desnecessários, fato que, diante do cenário atual do Estado de Goiás e da criminalidade, garante-se um saldo positivo, reduzindo confrontos letais, reduzindo taxas de mortalidade e elevando o número de prisões e do controle judicial.

Além disso, devido a utilização dessas técnicas, podemos destacar que existe um parâmetro de pesquisa de abordagem com relação ao nível de segurança das técnicas aplicadas. Sendo assim, destaca-se que 54,5% (mais da metade dos entrevistados) se sentiram com um nível de segurança elevado nas técnicas aplicadas, enquanto somente 15,9% se sentiram

inseguros na aplicação das técnicas. Outros 29,5%, ou seja, treze policiais militares nunca precisaram utilizar dessas técnicas nas abordagens.

Logo, surge a demanda de avaliação sobre o nível de conhecimento aprendido sobre Defesa Pessoal durante os cursos de formação, cursos de adaptação e outros. Esse parâmetro é representado no gráfico a seguir.

Gráfico II - Avaliação o nível de conhecimento aprendido sobre Defesa Pessoal durante os cursos de formação, cursos de adaptação e outros



Fonte: *Google Forms* (criado por Lucas Fernandes de Carvalho)

Observado o gráfico, destaca-se que 20,9% dos entrevistados consideram o grau de aprendizagem como excelente; 27,9% como bom; 39,5% como regular; 9,3% como ruim e 2,3% como muito ruim. Isso reflete no critério comparativo do uso dessas técnicas nas abordagens já supramencionadas, refletindo o grau e o nível de aplicabilidade eficaz do conteúdo aprendido. Temos uma variável na qual é preciso maior observância dos diferentes comandantes para otimizar maiores resultados, garantir uma aplicação mais eficiente para a tropa, conseqüentemente, um maior retorno das ações policiais militares.

4.1 REFLEXO NAS AÇÕES POLICIAIS MILITARES

Após análise dos grupos heterogêneos e das aplicações referente a defesa pessoal policial militar, seu grau de conhecimento, técnicas, tipos de artes marciais, a seguir vemos um grau de importância quanto a percepção dos policiais militares nas suas abordagens do dia a dia e da importância para a manutenção da ordem e da segurança.

Gráfico III - Como a defesa pessoal pode contribuir para a segurança do policial militar



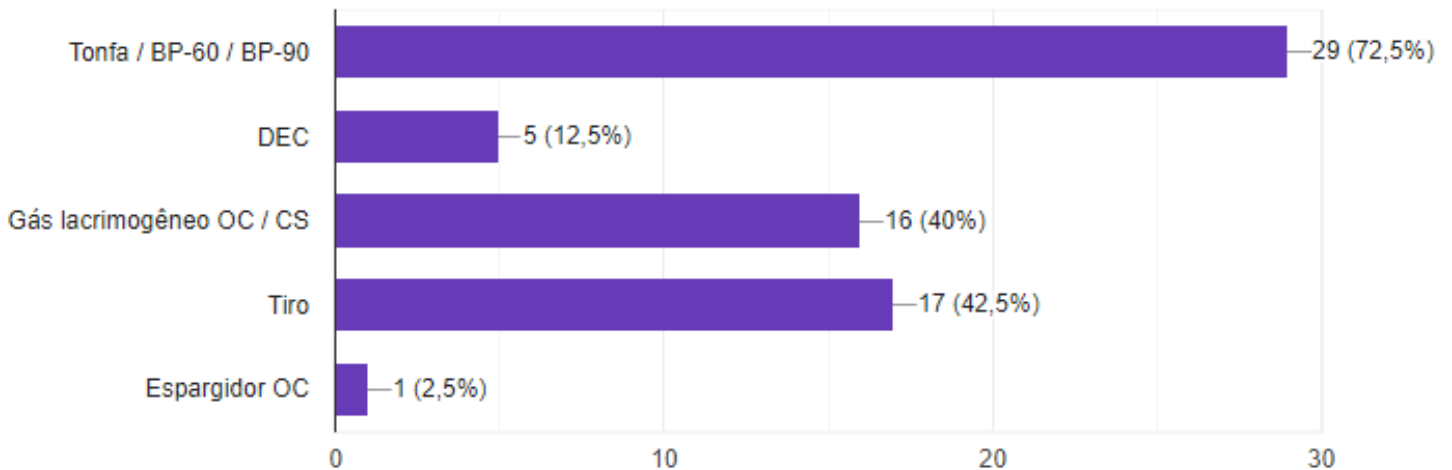
Fonte: *Google Forms* (criado por Lucas Fernandes de Carvalho)

Diante da abordagem, destaca-se que a defesa pessoal contribui principalmente capacitando o policial para se proteger em situações de perigo, aumentando a probabilidade de proteger-se, aumentando a segurança do policial e por fim, reduzindo o risco de lesões. Desses policiais militares, em sua total concordância (100%), verificou-se que durante um conflito em abordagem, manter a calma e usar técnicas de resolução de conflitos é a forma mais eficaz de resolução de conflito. Além disso, observou-se que é necessário demonstrar superioridade física (13,6%), usar a força letal imediatamente (9,1%) e ignorar a situação (2,3%). Os dois últimos dados geram, na atual disposição de procedimentos operacionais padrão uma certa discordância, além de ferir princípios e garantias constitucionais e dos direitos humanos.

Tal fato é indagado quanto a sua aplicação, pois assim, eleva-se número de confrontos e da violência, reduzindo formas de resolução dos conflitos, o que não é interessante para a instituição policial militar. Logo, destaca-se também que ações policiares estão respaldadas juridicamente e no procedimento operacional padrão para utilização do uso da força letal imediata, garantindo esse dispositivo aos policiais militares que enfrentam o perigo diariamente.

Diante dessa situação, a amostra e pesquisa dispuseram de um questionamento quanto ao uso de outra ferramenta em ocorrência policial, fato que verifica-se diariamente nos problemas enfrentados pelos policiais militares e que são necessários agir com maior vigor, eficiência, maior grau de rigidez e evitando assim desgastes pessoais, como a própria morte do agente de segurança pública. Portanto, segue a seguir o gráfico.

Gráfico IV – A necessidade do o uso de outra ferramenta em ocorrência policial

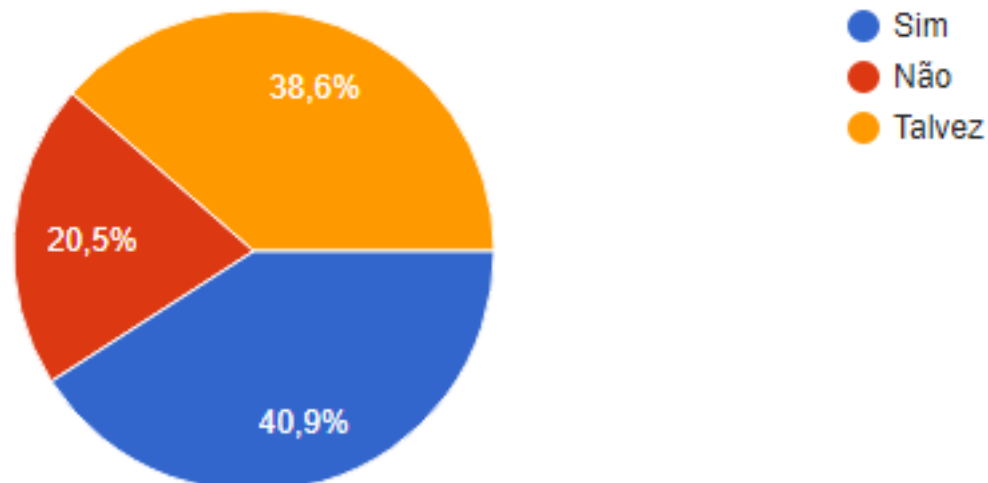


Fonte: *Google Forms* (criado por Lucas Fernandes de Carvalho)

Com relação aos resultados observados, a grande parte dos policiais militares (29) já utilizaram da “tonfa, BP-60 ou BP-90”, o “tiro policial” segue em segunda opção (17), o uso do “gás lacrimogêneo OC / CS” foram utilizados por 16 policiais, enquanto apenas 5 utilizam do “DEC” e 1 o “espargidor OC”.

4.2 PREPARAÇÃO E USO DAS TÉCNICAS DE DEFESA PESSOAL POLICIAL MILITAR

Gráfico V – Nível de preparo para enfrentar uma situação em que necessite do uso de técnicas previstas no manual de defesa pessoal policial militar da PMGO



Fonte: *Google Forms* (criado por Lucas Fernandes de Carvalho)

Infere-se, portanto, que 40,9% dos entrevistados na amostra sentem-se preparados para enfrentar uma situação em que necessite do uso de técnicas previstas no manual de defesa

peçoal policial militar da PMGO, 20,5% não se sentem preparados enquanto 38,6% talvez se sentem preparados para esse enfrentamento. Essa informação é de extrema importância para esse estudo e futuros estudos pois diante dessa perspectiva, diante da amostra, diante do cenário, pode-se criar estratégias e melhorias para pontos positivos, e além disso, dos pontos negativos.

5 CONCLUSÃO

A defesa pessoal policial é uma área crucial na formação e atuação dos policiais militares, garantindo não apenas sua segurança pessoal, mas também a eficácia e legitimidade de suas intervenções no cumprimento do dever. Este trabalho científico destacou a importância dessa preparação no contexto específico da Polícia Militar de Goiás, ressaltando a necessidade de aprofundamento e aprimoramento contínuo. Através da análise das técnicas e estratégias de defesa pessoal, assim como da percepção dos policiais sobre seu treinamento, foi possível identificar desafios e oportunidades de melhoria. Os resultados obtidos através de uma minuciosa pesquisa proporcionam uma base sólida para o desenvolvimento de programas de treinamento mais eficazes, visando potencializar a segurança pessoal dos policiais e a efetividade de suas intervenções em situações desafiadoras.

Diante disso, surgem conclusões diagnosticadas a partir deste trabalho científico, sobre a importância da defesa pessoal policial na preservação da ordem e segurança pública, sendo então crucial sugerir algumas soluções para aprimorar essa área de atuação: Investimento em Treinamento Contínuo; Integração de Tecnologias; Ênfase na Comunicação; Avaliação e Feedback Constantes; Integração de Práticas Multidisciplinares e Parcerias com Instituições Acadêmicas e Especialistas.

Essas soluções, se implementadas de forma eficaz, podem contribuir significativamente para fortalecer as habilidades de defesa pessoal dos policiais militares em Goiás, promovendo assim a segurança e o bem-estar tanto dos agentes quanto da comunidade que servem. É fundamental que as instituições policiais reconheçam a importância da defesa pessoal policial e invistam recursos e esforços na sua constante atualização e aprimoramento. Somente assim será possível garantir não apenas a segurança dos agentes, mas também a proteção da comunidade e o cumprimento justo e proporcional da lei.

Portanto, este trabalho contribui significativamente para a compreensão e valorização da defesa pessoal policial como um elemento essencial da atividade policial, incentivando a busca por práticas cada vez mais eficientes e responsáveis no exercício dessa importante função pública.

REFERÊNCIAS

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento: uma análise comparativa internacional**. São Paulo: Edusp; 2002.

GOIÁS. Polícia Militar. **Procedimento Operacional Padrão**. 4. ed. – versão 2 Goiânia: PMGO, 2023.

GOIÁS. Polícia Militar. **Manual de Defesa Pessoal Policial**. Goiânia: PMGO, 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ADORNO, Sérgio. Risco e (in)segurança na missão policial. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 3, 2013, p. 585-593.

MONTEIRO JUNIOR, Gerson de Jesus. O uso da força policial em relação aos direitos humanos. *In: Direito Penal e Criminologia: Perspectivas e Desafios*. SANTORO, Antônio Eduardo Ramires *et. al* (ORG.). Rio de Janeiro: Pembroke Collins, 2020, p. 498- 505.

PMPR – Polícia Militar Do Paraná. **Manual de Defesa Policial**, 2023. Apresenta um apoio didático pedagógico ao instrutor de Defesa Policial. 164 p.

SANDES, Wilquerson Felizardo. **Uso não-letal da força na ação policial: formação, tecnologia e intervenção governamental**. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, ano 1, edição 2, 2007, p. 24-38.

SILOTO, Paulo Renato Aparecido. **A importância da habilitação do militar estadual da PMPR em instrumento de menor potencial ofensivo (IMPO) –munição de impacto controlado (MIC) para a atuação policial militar**. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 9, n.7, p. 21304-21319, jul., 2023.

<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/37123/pdf>. Acesso em: 30/05/2023.